

PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA: UMA POLÍTICA PÚBLICA NO CASO PIAUÍ.

Lorena Raquel de A. S. de Moraes

Universidade Federal do Piauí

Raquelvi16@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa de iniciação científica, oportunizado pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), através do Programa de Iniciação Científica Voluntária – ICV. Pesquisa está realizada a partir das necessidades de investigação e análises na área da educação do campo no Brasil, especificamente no estado do Piauí, discussões assim possuindo como base a Reforma Agrária e suas consequências. Procuraremos analisar e descrever dessa forma a primeira pesquisa realizada no Brasil, pesquisa nacional de educação na reforma agrária – PNERA, que teve o compromisso de produzir um quadro situacional da educação nos assentamentos da Reforma Agrária em todo o país, buscando através dessas estatísticas construir uma política pública voltada para a educação do campo, com mais investimentos direcionados a reconhecer suas necessidades específicas como espaço social e com características próprias. Esse trabalho procurou objetivar a construção de um banco de dados nacional alimentado por todos os projetos desenvolvidos pelo Programa Nacional de educação na Reforma Agrária -PRONERA e fornecerá um importante acervo para oferecer informações sobre o resultado social desse Programa que vem sendo desenvolvido em todo o país. Permitirá também fazer estudos comparativos sobre o desenvolvimento ou não do campo a partir da ação intencional de formação impressa pelo Programa. Além de analisar a primeira PNERA e seus resultados no Piauí, resumindo um quadro geral da situação do campo, em especial dos assentamentos da reforma Agrária. O PRONERA é resultado de parceria entre sujeitos sociais, parceiros compromissados pela luta de uma educação do campo de qualidade. No caso do Piauí a parceria foi com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Movimento Social dos Trabalhadores Rurais sem Terra - MST, secretaria de educação e cultura do Piauí- SEDUC, entre outros. Dessa forma, essa articulação e discussão nos desdobramentos tanto políticos como sociais da educação voltada para o campo surgiu um eminente desejo de compreender e participar de forma significativa a essa complexidade relacionado ao sistema de ensino no brasileiro, sobretudo na zona rural.

Palavras – chave: Educação do Campo, PRONERA, Política Pública.

2. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento no meio urbano deve vir acompanhado, como via de mão única, o desenvolvimento do campo. Desta forma não haverá a imposição, ou mesmo expulsão dos camponeses, dos seus locais de trabalho e de moradia, para outras zonas

onde tenha uma nova perspectiva de vida. No entanto, no Brasil, acompanhado o quadro econômico mundial, o sistema de produção tende a expropriar os camponeses, que por não ter variações alternativas arriscavam-se nas cidades. Almeida (2005, p. 281) afirma que ao analisar esse quadro histórico brasileiro, pôde-se perceber que as famílias rurais “são muito mais expulsas do campo e de suas atividades profissionais do que propriamente pela possível melhoria de vida nas cidades.”, ou seja, viver na cidade não se tratava de uma escolha, mas apenas a única alternativa que restava.

Diante dessas afirmações será explicitada nesse trabalho a situação de educação do campo através da reforma agrária como um programa (PRONERA), que objetivava a democratização do direito a terra. A partir desse benefício se construirão outros direitos negados, como a educação e o trabalho a essa parcela da população, que vive excluída e introduzida à margem da pobreza no estado do Piauí.

2 EDUCAÇÃO DO CAMPO E REFORMA AGRÁRIA

O contexto histórico em que a educação do campo se construiu no Brasil, é marcado por muitas dificuldades e conflitos, surgindo assim em concomitância com as lutas por uma melhor qualidade de vida no campo.

O modelo de desenvolvimento estalado no país, especificamente nas áreas rurais, transparece e estimula ao fortalecimento do agronegócio, trazendo consigo consequências desastrosas, como a utilização dos recursos naturais sem racionalização, exploração da mão de obra barateando o serviço prestado, concentração de terra, favorecendo assim ao quadro de miséria das famílias que buscam sobreviver da terra, bem como o deslocamento desses sujeitos do para a cidade, que da mesma maneira intensificava o processo de “favelização”, pobreza e violência nas zonas urbanizadas.

Na metade do século XX, o Brasil encontrava-se em processo de industrialização, com modernização tecnológica no campo, famílias de camponeses se veem obrigadas a saírem de suas residências e história de vida para arriscarem na cidade, trazendo à tona à situação de êxodo rural onde, uma grande massa de pessoas migrava do campo para a cidade visando uma “perspectiva de vida melhor”. Todo esse processo traz como consequência o aumento da população urbana, criando assim, problemas sociais que na contemporaneidade ainda estalam-se na sociedade, visto que essa política pública voltada para o campo ainda não foi de fato efetivado.

Com toda essa situação o governo se vê obrigado a investir em políticas educacionais voltadas ao campo para a contenção do aumento da população da zona urbana e buscando a permanência desses indivíduos no seu lugar de origem, mascarado por interesses dominantes que desejavam apenas garantir a mão de obra na agricultura para o aumento do capital e desenvolvimento econômico do país. Mesmo que esses sujeitos vivam a mercê da sociedade sem um pedaço de chão para garantir sua moradia e seu sustento, vivendo muitas vezes em um regime de semiescravidão.

Em 1950 o governo federal investiu maciçamente em uma campanha de desenvolvimento, a qualidade de vida nas áreas urbanas se tornavam favoráveis aos moradores, já os camponeses não participavam desse crescimento e otimismo de mudança. Nos primeiros anos da década de 1960 poucas foram as mudanças para transformação da realidade na zona rural brasileiro, porém com o golpe militar a economia brasileira sofreu transformações visíveis e importantes, onde o governo militar optou por métodos sem protecionismo abrindo o país ao mercado externo.

Nesse período o setor agrícola foi parte fundamental para a concretização do plano econômico militar. Mas apesar da subordinação da economia brasileira a agricultura, o campo produzia para o mercado interno, existindo assim uma urgência no investimento dessas áreas a grandes produções, para exportação de alimentos para as indústrias organizando-se como uma agricultura capitalista, induzindo a concentração de terras. Com a modernização do campo o êxodo configurou-se com alternativa (única) de uma nova perspectiva de vida nas cidades.

As políticas mascaravam com o “milagre econômico”, no governo Médici a verdadeira situação onde milhões de brasileiros encontravam-se em estado de pobreza quase absoluta, e para reverter essa situação procurou-se uma diversidade de estratégias, tal como: criação do Programa para o Desenvolvimento do Cerrado – POLOCENTRO, onde seriam divididos 3,7 milhões de hectares para agricultura, pecuária e reflorestamento; criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, e Empresas de Assistência Técnica de Extensão Rural – EMATER.

Skidmore (1991, p 573, grifo meu), questiona e afirma que a distribuição de terra, assim como o mau investimento de recursos no Brasil acarretam na pobreza extrema nas áreas camponesas, onde “os pobres da zona rural brasileira estavam no fundo do fundo, visto por qualquer indicador social - mortalidade, morbidez, moradia, higiene, alfabetização.”, formando um quadro que enfatiza que sem acesso a terra os sujeitos que vivem no campo estão perdendo o direito que constitucionalmente são

básicos para sobrevivência e dever do estado garanti-los, sobre tudo a educação, mostrando ai que na década de oitenta sentia-se a necessidade da implementação de programas que viessem a melhorar a condição educacional e de estadia desses indivíduos, como o PRONERA.

Ao questionar Skidmore (1991, p 573) traz o seguinte levantamento “o Brasil é um vasto país com terras ainda inexploradas. O que não deu certo? por acaso não houve movimento de expansão da fronteira agrícola através dos séculos, inclusive o atual? Sim, mas muitas vezes o sem terra não podia chegar à fronteira, ou quando lá chegava encontra a terra em mãos de especuladores e latifundiários.”. Essa afirmação do autor mostra que apesar dos pequenos relativos focos de luta por terra durante séculos a fio, a democratização dessa distribuição não valia a sua posse, ou seja, pouco foi feito para que sem terra tivessem acesso ao seu pedaço de chão, pois ao chegarem no destino, encontravam o território já com seus “donos”.

Os movimentos sociais que na década de noventa trás a luta por um campo melhor, onde surgem dessa forma ações significativas, através do movimento dos trabalhadores sem terra - MST, mostrando a relevância das ações de trabalhadores rurais envolvidos na luta pelo seu direito a terra e conseqüentemente a sua vida.

Em 1997, com a realização o I Encontro Nacional da Reforma Agrária - ENERA, foi eleito um conjunto de pessoas para coordenar o processo de construção de ações voltadas aos assentamentos da Reforma Agrária elaborando-se assim um documento no III fórum de Conselhos de Reitores das Universidades Brasileiras- CRUB aprovando e reafirmando a parceria entre ministério extraordinário da política fundiária, INCRA e o próprio CRUB.

Para se discutir o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA se faz necessário analisar a perspectiva de uma Reforma Agrária que lute pela democratização através da uma política social que vise um novo modelo de desenvolvimento econômico, onde através do acesso a terra, esses indivíduos possam ter a disponibilidade aos demais direitos fundamentais para o exercício da sua cidadania.

Na Reforma Agrária, segundo Molina ¹ (2004, p.65) para se pensar em educação do campo é necessária uma discussão a respeito da reforma e sua concepção, onde a

¹ MOLINA, Mônica Castagna. **A Educação na Reforma Agrária em Perspectiva: o Pronera como Construção Prática e Teórica da Educação do Campo.** 2004.

autora coloca que “é necessário entendermos [...] qual compreensão da questão agrária se estrutura este movimento e em que contexto o PRONERA está inserido.”, dessa forma busca o entendimento de como se elabora uma proposta voltada para o homem do campo, introduzida na perspectiva de um novo modelo de desenvolvimento no Brasil, que visa melhorias na condição de vida da população que vive no meio rural através da educação que o Programa propõe.

Outra visão distorcida da reforma Agrária como política social compensatória onde não se vê a necessidade de mudança do modelo econômico Agrário latifundiário, pois se acredita que o modelo de agricultura é indissociável do sistema financeiro e isso prejudicou o desenvolvimento econômico do país, porém existem políticas desenvolvidas em vários países que enfrentavam tal crise, conseguindo superá-la através de política de distribuição de renda, onde a Reforma Agrária está como prioridade, visto que o indivíduo que tem acesso a terra, conseqüentemente terá com garantia seus alimentos, sua moradia e o direito ao trabalho e a renda, melhorando assim a sua qualidade de vida diminuindo o quadro de pobreza em que a crise econômica proporcionou.

Segundo Molina² (2004 p. 69) o PRONERA defende que “[...] só há sentido em uma proposta educacional específica para sujeitos do campo, no qual se operem mudanças estruturais que objetivem de fato enfrentar a situação de pobreza e desigualdade que vivem essa população. Não adianta pensar que só a educação poderá resolver os graves problemas da distribuição de renda no campo.” Partindo-se desse pressuposto podemos afirmar que a Reforma Agrária juntamente com o PRONERA buscam em tese proporcionar a garantia não só à educação, mais também de condições dignas aos sujeitos que vivem no campo e encontram-se na pobreza.

Para criação e execução de programas que visem proporcionar educação mínima para que esses indivíduos permaneçam em seu lugar de origem não basta apenas investirem uma educação solitária, uma educação oprimida sem que políticas públicas busquem em seu meio contemplar aspectos que afetam diretamente esse ensino, como o simples fato da garantia de moradia bem como de estrutura física de qualidade proporcionando uma educação significativa. Através dos resultados de entrevistas semiestruturadas realizadas com sujeitos que vivenciaram a iniciativa do programa educacional em assentamentos da Reforma Agrária percebeu-se a precariedade nas

²Idem.

condições de ensino, fatores esses contribuíram significativamente para o número elevado de evasão de algumas modalidades de ensino contempladas pelo PRONERA.

Produções artísticas, como a música procura representar o homem e a sua luta pela terra para o gozo de seus direitos inalienáveis como ser humano. Uma música aqui citada para refletir a situação em que a população do campo se encontra consiste na canção *Funeral de um lavrador*, composta por João Cabral de Melo Neto e Chico Buarque de Holanda³, em 1965, para a peça *Morte e Vida Severina*:

Essa cova em que estás/Com palmos medidos/É a conta menor que tiraste em vida/É de bom tamanho/Nem largo nem fundo/É a parte que te cabe deste latifúndio/Não é cova grande/É cova medida/É a terra que querias ver dividida/É uma cova grande/Pra teu pouco defunto/Mas estarás mais ancho/Que estavas no mundo/É uma cova grande/Pra teu defunto parco/Porém mais que no mundo/Te sentirás largo/É uma cova grande/Pra tua carne pouca/Mas à terra dada/Não se abre a boca.

A música produzida como trilha sonora da obra *morte e vida Severina* em formato de peça teatral, traz a seguinte reflexão, o homem que produz, que trabalha, que vive a luta de conquistar um pedaço de chão, para garantir uma vida digna, como descreve o trecho “é uma cova grande para teu defunto parco”, parco, palavra essa, sinônimo de sofrimento, de dor, corpo franzido, como consequência do trabalho muitas vezes em regime de semiescavidão para garantir apenas o pão para si e para família. Que perspectiva de vida possuem esses sujeitos que vivem de migalhas, sem terra, sem chão, sem alimento, sem trabalho (sem vida?).

Afirmações essas, levam-nos a pensar “a parte que te cabe nesse latifúndio” como uma crítica da concentração de terra em nosso país, questão essa discutida através dos movimentos sociais onde há uma busca de um novo modelo de desenvolvimento agrário e econômico contemplando a igualdade, justiça e a garantia de direitos indispensáveis a essa parcela da população que historicamente sempre foi excluída.

Comunidades inteiras não possuem uma perspectiva educacional além do ensino fundamental anos iniciais pela simples ausência de escolas e oferta de vagas sendo obrigados o deslocassem de onde vivem para arriscar-se nas cidades para dar continuidade a sua escolarização. Essa realidade encontra-s evidente nas produções artísticas do sertão, como Gilvan Santos (2009) em composições que descreve “ Não vou sair do campo para poder ir a escola, educação do campo é direito e não esmola.”

³ HOLANDA, Chico Buarque de; MELO NETO, João Cabral. *Funeral de um lavrador*, Disco: *Morte Vida Severina*, 1966.

O PRONERA no Piauí trouxe uma esperança para quem vive em assentamentos de reforma agrária. Foi entendida como uma forma de dar acesso ao mínimo de conhecimento a uma população carente de quase tudo. De atenção, inclusão, moradia, terra, luta vida, qualidade e educação escolar dentre tantos outros. Não apenas no Piauí, em sua essência esse programa busca levar ao sujeito do campo uma educação flexível, que contextualize com sua cultura, seu modo de vida, seu trabalho, buscando mostrar também que possui direitos inalienáveis, sobretudo a educação. Liberdade essa para lutar buscando garantir o mínimo a si a e a sua família através de sua terra e da educação, uma hibridização de cultura e educação.

Freire (1975) explica que a educação é um instrumento para o desenvolvimento político, econômico e social e essa mesma educação muitas vezes oprime, desmistifica ou congela um conhecimento pra comprimento de tabela, não buscando uma perspectiva de vida, uma mudança na realidade, mas uma educação apenas por estar. O PRONERA, portanto veio contemplar as palavras de Freire, visto a busca de uma educação no contexto da reforma agrária, uma luta que visa o desenvolvimento econômico, cultural, social e político do indivíduo, ou seja, seu desenvolvimento completo, inteiro e justo.

Esse programa foi criado em 1998, objetivou proporcionar educação aos jovens e adultos assentados considerando como princípio a reforma agrária, trazendo um modelo diferenciado, a gestão tripartite onde há a parceria com três diferentes tipos de instituições, a saber: governo federal, universidades e movimentos sociais para garantir uma articulação entre os movimentos em institutos formais, responsáveis por papéis fundamentais no desenvolvimento do programa com o instituto nacional de colonização e reforma agrária – INCRA, responsável pela administração financeira dos projetos realizados, sendo os movimentos sociais os representantes diretos ou indiretamente a comunidade onde os projetos seriam executados e as universidades com o papel de formação dos sujeitos participantes de programa.

O PRONERA consistia na alfabetização de jovens e adultos, elevando sua escolaridade bem como na formação de educadores, técnico-profissional e mais recentemente superior. Porém a alfabetização foi e ainda é a modalidade prioridade do programa, onde havia a participação de monitores que atuavam como agente

multiplicador no processo de escolarização dentro dos assentamentos. Segundo Andrade e Pierro ⁴ (2004 p.27-28):

Ler a bíblia, escrever a carta a um parente, não precisar assinar mais papeis de empréstimo de banco com a impressão digital, não depender de outras para acompanhar as notícias em um jornal, participar das decisões estratégicas do assentamento, são conquistas vinculadas à alfabetização que materializam para jovens e adultos novas possibilidades de exercício da cidadania.

Não saber ler e escrever, por si só já exclui de usufruir de muitos direitos indispensáveis no convívio em sociedade para obter o mínimo de dignidade e respeito através dessa educação que agora o PRONERA proporciona, explicitando aqui a importância do mesmo na vida desses sujeitos, bem como da sua prioridade a essa modalidade de ensino que foi inicialmente alfabetização de jovens e adultos e que atualmente trabalha desde a alfabetização de adultos até a graduação em diferentes.

A colonização do Piauí começou tardiamente, visto que o mesmo demorou a ser “desbravado”, a concessão de terra se deu a partir das sesmarias, no século XVII, onde os critérios estabelecidos para a doação de terra eram basicamente definidos por prestígios sociais e o poder político de fazendeiros envolvidos em órgão, leva-nos novamente a reflexão da distribuição de terra e conseqüentemente sua concentração na mão de privilegiados.

Muitos desafios assim com em âmbito nacional o Piauí também enfrentou, sobretudo ao desestímulo para permanência dos alunos em sala de aula por uma série de dificuldades, ocasionando na evasão em todas as modalidades ofertadas, e um desses problemas é a distância do assentamento onde residia o educando para a escola mais próxima que o PRONERA atuava nas diversas modalidades.

Outro problema levantado são as condições físicas onde alunos eram obrigados a permanecer visto que era o único local que dispunham para a realização das atividades, mesmo que sem energia elétrica, carteiras adequadas, transporte dos alunos enfatizando o problema anterior descrito e adequação curricular a realidade para garantir o direito à educação adequada e de qualidade.

3. PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS DA PESQUISA

⁴ ANDRADE, Márcia Regina. PIERRO, Maria Clara Di. **A Educação na Reforma Agrária em Perspectiva:**A construção de uma Política de Educação na Reforma Agrária. 2004.

Segundo a sua abordagem o trabalho realizado trata-se de uma pesquisa quantitativa, que considera a dinâmica existente entre o mundo real com o que está sendo estudado, havendo um vínculo indissociável entre o mundo objeto e sua subjetividade, procuraremos com essa pesquisa quantitativa utilizar do método estatístico para dar apoio nas descrições estatísticas no quadro situacional da educação do campo no Piauí procurando realizar comparações com o quadro brasileiro e nordestino. Godoy (1994, p. 62), caracteriza a pesquisa quantitativa nas suas diversas essências, enumerando um conjunto dessas características capazes de identificar o uso desse tipo de pesquisa, a saber: caráter descritivo; considera o significado que as pessoas dão as coisas e a vida; enfoque indutivo, complementado assim a justificativa do tipo de pesquisa utilizada na realização desse trabalho.

Para levantar todos os projetos/cursos desenvolvidos em parceria com o PRONERA no Estado do Piauí no período de 1998 a 2011 foram colhidos nessa pesquisa as informações qualitativas e quantitativas junto a instituições, a saber: do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), da Universidade Federal do Piauí (UFPI), do Instituto Superior de Educação Antonino Freire (ISEAF), da Secretaria Estadual de Educação e Cultura (SEDUC) e de Movimentos sociais do campo que integraram as parcerias firmadas, etc.

A forma de levantamento de dados para aproximar a pesquisa do objeto de estudo foi realizada na busca de dados gerais de projetos realizados no Piauí a partir do Programa de Educação na Reforma Agrária juntamente com a intervenção e ação de movimentos sociais e instituições parceiras que contribuiriam a nossa análise documental que se caracteriza pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação. Através da realização da pesquisa se chega a produzir novos conhecimentos ou aprofunda o que já foi constituído, no caso da pesquisa foi desenvolvida é em sua essência exploratória procurará a explicação Geral, através de estudos, levantamento bibliográfico, leitura e análises de documentos, observações de fatos e fenômenos, com procedimento metodológico aplicado as técnicas estudo de caso, observação ou análises histórica, validando assim a primeira etapa de uma investigação mais ampla.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O PRONERA oportunizou as pessoas que vivem em assentamentos o acesso à educação escolar uma educação que até então negava aos sujeitos do campo acesso a educação escolar. Essa investigação busca resultados quantitativos e qualitativos que mostre o quadro da execução dos projetos do programa especificamente no Estado do Piauí, tendo como principal base a análise dos dados fornecidos pela primeira pesquisa nacional de educação na Reforma Agrária. A I PNERA, cujas informações estão disponibilizadas no site no INEP.

Sentindo-se a necessidade de conhecer a realidade educacional nos assentamento de reforma agrária, bem como um levantamento de dados referentes às ações desenvolvidas nas áreas, em 2004 realizou-se uma Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PNERA), como resultado da parceria entre MDA/INCRA/PRONERA/INEP/Ministério da Educação.

No Piauí, existem 5440 escolas públicas, destas 3943 rurais para suprir a demanda de 207. 304 vagas para alunos do campo nas diversas modalidade (creches à ensino médio e EJA). Número relativamente grande para a educação no estado visto que, representa aproximadamente 72% das escolas públicas no Piauí (INEP, 2013), dessa forma se percebe a importância do investimento voltados a essa educação, bem como na formação de educadores que venham atuar nessas regiões contribuindo para efetivação dum processo educacional significativo ao estado.

Com essa estatística o Piauí é o quinto estado com maior números de escolas rurais no Brasil, perdendo para Bahia (com 11.229), Maranhão (com 9.210), Ceará (com 3715) e Pernambuco (com 4. 599). No Brasil existem 151. 871 escolas rurais, o que significa que a região Nordeste representa aproximadamente 26 % de escolas do no campo em todo o país. (INEP, 2013). Dados relevantes para discutir o importante investimento público no processo educacional da região.

Nas discussões relacionadas ao Pronera, a princípio se faz necessário descrever as modalidades que o programa executou através de seus diversos projetos especificamente no Estado do Piauí, expondo paralelamente a essas modalidades a quantidade de alunos contemplando a cada uma das divisões apresentadas. A tabela 1 logo abaixo, apresenta alguns dados evidenciados na I PNERA sobre a educação de oferecida nos assentamentos de reforma agrária do Brasil e neste caso no Piauí sobre a educação escolar oferecida pelas redes municipal, estadual e pelo próprio programa, considerando seu âmbito de atuação. Fazendo um paralelo aos resultados encontrados na região nordeste, bem como o estado mais beneficiado em toda essa mesma região, no

caso o Maranhão, para que possamos avaliar a disparidade dos investimentos direcionados ao próprio estado do Piauí, ou seja, olhar para o Piauí no nordeste, no que se refere a educação escolar no campo. As modalidades descritas são: creche, subdividida em informal e formal, pré-escola, alfabetização, ensino fundamental I (1º a 4º série) e II (5º a 8º série), médio e para finalizar o superior.

Quadro 1: Números da pesquisa Amostral na PNERA – Brasil – 2004

VARIÁVEIS	BRASIL	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO -OESTE
Famílias	524.969	167.932	208.071	30.187	30.2	88.440
Assentadas					39	
Escolas	8.679	2.414	4.230	476	622	937
Assentamento s do INCRA	5.595	1.082	2.546	444	680	843
Estudantes	987.890	313.124	457.810	47.973	45.2	123.712
Assentados					71	

Ao analisar os dados da primeira pesquisa nacional da Reforma Agrária, em 2004, tem-se os resultados significativos quanto as condições dos sujeitos que vivem nas áreas que são assistidas tanto pelo INCRA quanto pelos movimentos sócias. Dando início a essa análise e conseqüentemente discuti-la.

Na análise desse gráfico podemos perceber que a instalação da instituição escolar em maior número, com 66% (sessenta e seis por cento) por estarem no próprio assentamento e comunidade facilitava o acesso dos alunos no processo de aprendizagem, evitando a não frequência e até mesmo a evasão. Na região Nordeste essa média esta um pouco maior que a média brasileira, correspondendo apenas 54% (cinquenta e quatro por cento) das escola no próprio local onde residem a nível nacional. Mas em contra partida esse bom resultado não reflete as condições físicas, condizendo a 91% (noventa e um por cento) de acesso através de estrada de terra no Nordeste, onde 77% (setenta e sete por cento) dos assentados iam a pé para a escola, e apenas 17% (dezessete por Cento) iam de transporte escolar .

Na região Nordeste, segundo a primeira PNERA, dos 80,3% que frequentavam a escola 50,2%(37.160) estudavam no próprio assentamento, 19,4%(14.360) no entorno e

30,3% (22.413) na cidade. Quanto a forma de transporte até a escola dos sujeitos que residiam no assentamento 82,6% iam a escola a pé, porém dos sujeitos que estudavam na cidade tinham apenas uma parcela relativamente razoável de 62,2% que utilizavam o transporte disponibilizado pelo municipal.

Analisando o organograma 1, podemos descrever e discutir diversos aspectos relacionados a educação, dentre eles destacamos que no Piauí há um predomínio significativo das mulheres frequentando a escola, e em contra partida percebemos que, em nosso estado a numero de sujeitos que estão fora da escola e mesmo tendo frequentado não sabem lê nem escrever é o dobro que a média regional, sendo que no Nordeste essa média resume a 6,2% enquanto no Piauí esse numero chega a 12,5%. Outro aspecto relevante a ser exaltado é, a falta de escolas nos assentamentos se torna evidente visto que cerca de 51,8% dos assentados tinha que estudar na cidade, evidenciando e denunciando de maneira subliminar a falta da instituição escolar nesses locais.

Os dados referentes ao estado piauiense mostram que dos que frequentavam a escola: 50,8% tratavam-se de mulheres e 49,2% de homens, sendo destes 62,4% estudavam no assentamento, 90,7% iam a pé para a escola e apenas 4,2% tinham como transporte carros do município. Os que estudavam no entorno do assentamento temos a porcentagem de 15,3% com 37,9% a pé e apenas 20,7% iam com transporte da prefeitura. Dos sujeitos que estavam fora da escola 75% nunca frequentou, não lê nem escreve, sendo destes 75% mulheres e 25% homens, mostrando um dado alarmante que quase 80 % dos sujeitos que estavam fora da escola nunca tiveram acesso ao ensino, portanto não estavam alfabetizados, estatística preocupante para o desenvolvimento educacional no campo.

A atuação do PRONERA traz efetivas mudanças na melhora dos índices voltados às zonas rurais, onde a Pesquisa sobre Qualidade na Reforma Agrária - PQRA, realizada pelo INCRA em 2010, no que se refere à educação indicou que “ as taxas de analfabetismo entre a população assentada caiu de uma média de 23% (apontado pela PNERA/2004) para uma média de 15,58%, certamente já como resultado da atuação efetiva do PRONERA junto a esta população.” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, P. 12. 2011)

No Piauí a estimativa geral disponibilizada pela primeira PNERA, mostra que de acordo com a faixa etária há um variação de sujeitos que frequentam a escolas e os que não frequentam além de outros aspectos importantes para se avaliar e perceber a real

necessidade educacional nessas áreas. Outro quadro importante para ser analisado consiste na visão geral do Piauí em relação aos sujeitos pesquisados que vivem nos assentamentos da reforma agrária. Onde em 2004 existe aproximadamente no Piauí um área de 573.792 hectares de área assentado com 15.437 famílias.

5. (IN) CONCLUSÃO

Nas considerações finais desse trabalho enfatizamos a necessidade de um olhar mais precisa nas áreas rurais do nosso estado, visto que se encontra em uma região com maiores números de assentamentos, escolas e pessoas que residem nesses locais assegurados pelo INCRA e precisam de assistência, de uma investimento educacional contextualizado, partido da sua realidade e mostrando que é necessário a capacitação para desenvolvimento da comunidade, de forma coletiva, sustentável e justa, onde os sujeitos tenha direito a terra, e possam trabalhar para dá sustenta a família, sem que seja necessário saírem de seus raízes para tentar a vida nas áreas urbanas enfrentando tantos outros problemas para sobreviverem.

O PRONERA vem inovar como um programa que pensa em cada sujeito como ele realmente é, com vive, com suas raízes, partindo da sua realidade para mostra-lo que é possível desenvolver sua comunidade com acesso a terra e a educação promovida pelos princípios da reforma Agrária, procurando mudar o estereótipo negativo do homem do campo, visto como um indivíduo desprovido de conhecimento e não necessita de investimento educacional, que para a elite econômica do agronegócio esse tipo de investimento é um atraso no Brasil, no entanto os dados da primeira pesquisa nacional da reforma agrária trazem outra realidade, um campo que está crescendo, tendo acesso ao ensino formal com um desejo incessante, ao percebemos que nos projetos executados no Piauí, o número de evasão é pequeno comparado com a meta inicial e aos resultados finais, mostrando que o campo precisa sim de investimento, primeiramente porque constituição democrática assegura o direito a educação a todos, com sendo obrigatório, mesmo que estes não tivessem acesso na idade apropriada, e segundo por ser necessidade descrita nos dados da própria pesquisa, na existência de muitas assentamentos e famílias que residem nesses locais e o pequeno número de escolas, obrigando os estudantes a estudarem nas escolas de cidade vizinhas, que muitas vezes não trazem a sua realidade como prioridade para a aprendizagem, apenas transmitidos para cumprir papel e “encher linguiça”.

A educação do campo surgiu num processo de luta com a intencionando a construção de uma sociedade sem desigualdades, com justiça social, para garantir aos trabalhadores rurais o direito a escolarização e ao conhecimento, visto que a estrutura educacional encontrava-se em estado precário o que contribuiu para a ampliação das desigualdades sociais

A essência do PRONERA esteve voltada para o trabalho com a realidade ensino, valorizando seus saberes e a cultura dos sujeitos do campo. Estabelecendo uma íntima relação entre terra e educação, priorizando discussões que permitissem ao educando pensar, refletir e agir sobre as suas condições políticas e sócias, formando-os cidadãos críticos, conscientes de sua verdadeira realidade.

Através do PRONERA foi possível mudanças no âmbito de despertar outra visão enriquecida a formação relacionadas a suas expectativas, conscientes dos benefícios da importância da apropriação da escrita em sua vida cotidiana. Assim, o PRONERA, sinalizará positivas mudanças intervindas socialmente e combatendo a ausência de uma proposta educacional voltadas a realidade do campo, quando mostrar-se uma política pública seria por parte dos governantes e executores, chegando aos sujeitos do campo com sua proposta real e significativa, com acesso à terra, ao conhecimento, e a dignidade que lhe é de direito.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. B. A. a educação rural como processo civilizador. In Bastos, M. H. C. & STEPHANOU, M. **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005.

ANDRADE, Márcia Regina; PIERRO, Maria Clara Di. **A Educação na Reforma Agrária em Perspectiva: A construção de uma Política de Educação na Reforma Agrária**. 2004.

_____. **Programa Nacional De Educação Na Reforma Agrária Em Perspectiva: Dados básicos para uma avaliação**.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1975.

HOLANDA, Chico Buarque de; MELO NETO, João Cabral. **Funeral de um lavrador**, Disco: Morte Vida Severina, 1966.

INEP. Miritt (Org). QEdu. **Censo escolar**. 2013. Disponível em : <
<http://WWW.qedu.org.br/ajuda/artigo/356152>> acesso em: 07 de Jan. 2015.

KNIJNIK, Gelsa. **Educação matemática, culturas e conhecimento na luta pela terra**. Santa Cruz Sul: EDUNISC, 2006.

LEONARDELI, Poliana Bernabé. **Patativa do Assaré e a identidade sertaneja: oralidade, Memória e religiosidade**. 2009. Disponível em
:<http://www.btdt.ufes.br/tedesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=802>
Acesso: 24 de janeiro de 2014.

MOLINA, Mônica Castagna. **A Educação na Reforma Agrária em Perspectiva: o Proneira como Construção Prática e Teórica da Educação do Campo**. 2004.

RODRIGUES, Joselina L.P. **Geografia e Historia do Piauí: Estudos Regionais**. Halley S.A Gráfica e Editora.

SKIDMORE, T. **Brasil : de Getúlio à Castelo**. São Paulo : Paz e Terra, 1992.